

Na trilha da gestão social da *res publica*

A experiência do armazém da agricultura familiar e da economia solidária no território do Sisal/Bahia

*Silvia Maria Bahia Martins*¹, *José Vicente de Oliveira Soares*²,
*Daniel Costa Ferreira*³

Resumo O presente artigo contextualiza a experiência do Armazém da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, as condicionantes e as características que favoreceram sua emergência no território do Sisal-Bahia, sinalizando a importância de convergência de esforços do movimento social e dos governos como via possível de inclusão socioproductiva. Por meio do detalhamento do modelo de gestão adotado, bem como a participação de cada agente no arranjo de gestão social inovador no âmbito da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, o texto enfatiza que essa perspectiva deve-se à disputa e ao acolhimento das pautas de segmentos populares, urbanos e rurais, no âmbito da gestão pública nas últimas décadas, sem perder de vista as especificidades sociais e político-econômicas locais. O desenho institucional em torno do Armazém imprime articulações em diversas esferas, sugerindo maior integração das instâncias com foco no desenvolvimento territorial. Ademais, a iniciativa aponta as complexidades e os desafios por quais passam empreendimentos no campo do acesso a mercados de modo profissionalizado sem perder sua vocação para o trabalho em rede e observando os princípios norteadores da Economia Solidária. Por fim, o texto indica o potencial de replicabilidade da ação pública e o protagonismo dos sujeitos envolvidos como expressões da implementação de políticas públicas de cunho participativo.

Palavras-chave Economia solidária; Agricultura familiar; Gestão pública; Armazém.

Abstract This article illustrates the experience of the warehouse of family farming and the Solidary Economy, the constraints and the characteristics that favor its emergence in the territory of Sisal-Bahia, signaling the importance of convergence of efforts of the social movement and governments as possible way of social and productive inclusion. Through the detailing of the management model adopted, as well as the participation of each agent in the arrangement of social management innovation in the context of family farming and the Solidary Economy, the text emphasizes that this perspective is due to the dispute and the reception of the demands of popular segments, urban and rural areas, within the frame-

1 Comunicóloga, técnica da Superintendência de Economia Solidária (SESOL), da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE), e-mail: silvia-bahia@hotmail.com

2 Economista, técnico da Superintendência de Economia Solidária (SESOL), da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE), e-mail: vicenteosoares@gmail.com

3 Engenheiro Agrônomo, coordenador da Superintendência de Agricultura Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR), e-mail: dancoferr@yahoo.com.br

work of public administration in recent decades, without losing sight of the social specificities and political-economical locations. The institutional design around the warehouse prints joints in various spheres, suggesting a greater integration of instances with a focus on territorial development. In addition, the initiative highlights the complexities and challenges of which are joint ventures in the field of access to markets so professional without losing its vocation for the networking and observing the guiding principles of the Solidarity Economy. Finally, the text indicates the potential for replicability of public action and the participation of the subjects involved as expressions of public policy implementation of participatory nature.

Keywords Solidarity economy; Family agriculture; Public management; Warehouse.

Resumén Este artículo ilustra la experiencia del almacén de la agricultura familiar y la economía solidaria, las limitaciones y las características que favorecen su aparición en el territorio de Sisal-Bahia, señalando la importancia de la convergencia de los esfuerzos de los movimientos sociales y los gobiernos como posible forma de inclusión socioproductiva. A través de los detalles del modelo de gestión adoptado, así como la participación de cada agente en el mecanismo de gestión de la innovación social en el contexto de la agricultura familiar y la economía solidaria, el texto subraya que esta perspectiva es debido a la controversia y la recepción de los pentagramas de segmentos populares, urbanas y rurales, en el marco de la administración pública en las últimas décadas, sin perder de vista las especificidades sociales y político-económico ubicaciones. El diseño institucional en torno al almacenar impresiones juntas en diversas esferas, sugiriendo una mayor integración de instancias con un enfoque de desarrollo territorial. Además, la iniciativa pone de relieve la complejidad y los desafíos de los cuales son empresas conjuntas en el ámbito del acceso a los mercados de manera profesional, sin perder su vocación para el trabajo en red y la observación de los principios rectores de la economía solidaria. Finalmente, el texto indica el potencial para replicabilidad de la acción pública y la participación de los sujetos involucrados como expresiones de la implementación de la política pública de carácter participativo.

Palabras clave Economía solidaria; Agricultura familiar; Administración pública; Almacén.

Introdução

Nas últimas décadas, a economia solidária e a agricultura familiar têm alcançado visibilidade na agenda pública. Discussão e implementação de marcos regulatórios, estruturação de órgãos específicos de governo, definição de critérios de atendimento, alocação de recursos públicos nos Planos Plurianuais, representatividade e participação nas Conferências Territoriais, Estaduais e Nacional são alguns exemplos que confirmam a informação supracitada. Inserir as pautas no escopo da esfera governa-

mental, contudo, não é suficiente: os/as praticantes desses segmentos compreendem que a integração e a intersectorialidade das políticas públicas são estratégicas para a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. As práticas da economia solidária e da agricultura familiar são, assim, convertidas em novos exercícios políticos. Elas são reconhecidas, por um lado, como direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras de produzir, reproduzir e distribuir a vida em sociedade e, por outro, é dever do Estado democrático garantir as condições de participação, de acesso aos bens e recursos públicos.

É nesse percurso de constituição da *res publica* – expressão latina que significa “coisa pública”, “coisa do povo” – que é concebido o Armazém da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, localizado no município de Serrinha, território Sisal – Bahia. Espaço idealizado e gestado pelos/as praticantes da economia solidária e da agricultura familiar, além de constar como ponto fixo comercial, tem o compromisso de lidar com as diversas nuances dos sistemas produtivos – produção, processamento, comercialização, logística, gestão. Considerando a importância e a especificidade da iniciativa, o presente relato busca, sumariamente, abordar os sujeitos, estratégias, aprendizados, resultados e desafios visualizados desde a inauguração, em março de 2013. A Arco Sertão Central, gestora dessa unidade, e o ente financiador, o Governo da Bahia, por meio da orquestração de quatro Secretarias, protagonizaram um arranjo de gestão social, que inaugura outro modo de ação no campo da economia solidária e da agricultura familiar.

1 Governança da coisa pública

Novas direções de gestão pública têm sido traçadas no Brasil contemporâneo, em especial, em virtude da emergência das reivindicações dos movimentos sociais organizados, pela assunção de governos progressistas e populares, bem como pela maturação das instituições democráticas. Essas configurações, entretanto, não carecem de tensões e ambivalências: equilíbrio da participação sem perda da eficiência interna; incluir novos sujeitos na construção e monitoramento das políticas públicas e manter as rotinas e os procedimentos administrativos; utilizar-se da criatividade e da inovação nos processos sem prejuízo da celeridade e do alcance de resultados.

Nessa perspectiva, os governos são convocados a incluir novas áreas de atuação e a mudar a concepção das políticas. Grupos historicamente alijados ou até então periféricos da ação governamental são tornados alvos de atenção. A proposta é que haja revisão do perfil de abordagem, até então, de foco assistencialista: busca-se a observância dos direitos, em especial, da dignidade da pessoa humana, do trabalho e da renda. Intenta-se, dessa forma, consumir os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 que, no plano legal, privilegia a orientação do Estado para prover as condições para a cidadania e para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 1988).

Em face da sinergia de variáveis, em especial, as sociais e políticas, os governos são agendados por setores organizados da sociedade a assumir compromissos e a institucionalizar as pautas no quadro das políticas públicas. Na Bahia, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), por meio da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (SESOL), e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), através da Superintendência de Agricultura Familiar, são expressões do reconhecimento das associações e cooperativas populares, dos movimentos camponeses, dos agricultores familiares, das organizações não governamentais e dos empreendimentos familiares rurais.

No âmbito da economia solidária, buscando identificar e caracterizar esse sujeito social-econômico-político, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) viabilizou três edições do mapeamento nacional. O último, em 2013, verificou a existência de 8.040 empreendimentos na região Nordeste, 41% da amostra nacional. Eles atuam no campo da produção, do consumo ou uso coletivo de bens e serviços, da comercialização, da prestação de trabalho ou serviços, da troca, da poupança, do crédito e das finanças solidárias (GAIGER; Grupo Ecosol, 2014). São associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis. Do total, 72,2% das organizações estão distribuídas na área rural. Na Bahia, estado que tem 70% de seu território cravado no semiárido, no qual se concentra 45% da população total, o retrato é similar: dos 1.452 empreendimentos pesquisados, quase 90% atuam na zona rural e grande parte identifica-se como agricultores/as familiares (PROJETO SIES, 2015).

A agricultura familiar, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), comporta a maior quantidade de produtores/as rurais do país – cerca de 4,5 milhões de empreendimentos, dos quais 50% es-

tão localizados no Nordeste. Hoje, esse segmento é responsável por cerca de 60% da produção total de feijão, arroz, milho, hortaliças e mandioca. A magnitude dos números, entretanto, é correspondente às dificuldades de sobrevivência em função de fatores que impactam diretamente na sustentabilidade dos empreendimentos. Os setores produtivos carecem de infraestrutura produtiva adequada às normas vigentes (equipamentos e instalações físicas), de qualificação para a gestão, de organização da produção e viabilidade econômica, logística adequada, além da baixa capilaridade de inserção de produtos e serviços nos mercados.

A comercialização, nesse escopo, é visualizada, tanto pelo/as praticantes da economia solidária como da agricultura familiar, como uma das variáveis que interferem no sistema produtivo. Segundo Ricardo Costa (2004), as organizações de agricultores familiares entendem da produção e têm vasta experiência coletiva no campo político, entretanto, nas questões atinentes à comercialização, tendem a agir de forma isolada. Assim, conforme estudos do Instituto Kairós e da Capina (2013), o hábito de venda para o atravessador permanece e

considerando o volume da produção normalmente obtido por um produtor familiar, é praticamente impossível que ele, sozinho, detenha as condições necessárias para superar essa dependência em relação ao atravessador. Para a grande maioria dos produtores familiares, um dos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercialização de sua produção é criar um processo de vendas em coletivo (KAIRÓS; DA CAPINA, 2013, p. 93).

Na mesma trilha, uma das principais dificuldades apontadas pelos segmentos e, confirmada pelos dados constantes no Projeto SIES (2015), é a estrutura inadequada para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.). No estado da Bahia, a estratégia para minorar esse quadro amparou-se na consumação de espaço físico que congrega as condições factíveis de comercialização; e as condições propícias apresentaram-se no território sisal.

1.1 Território Sisal

Situado na região semiárida baiana, o território do Sisal compreende 20 municípios – Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Concei-

ção do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Quijingue, Teofilândia, Tucano e Valente. Ocupa uma área de 3,6% da área total do estado (SEI, 2012). Suas características geofísicas apresentam índices pluviométricos concentrados em poucos meses do ano, com precipitações irregulares e temperaturas médias em torno de 25,8 °C.

Nos anos 1930, o sisal, por possuir alto grau de resistência, tornou-se artefato solicitado como insumo em indústrias de transformação. A projeção econômica foi alcançada a partir da exploração intensiva da força de trabalho e da baixa incidência de modernização da cadeia produtiva; apesar de, majoritariamente, ser uma cultura de subsistência, grandes fortunas foram formadas para os grandes produtores e atravessadores.

A partir dos anos 70, com a eleição do modelo energético vinculado ao petróleo, as fibras sintéticas apresentaram-se como substitutos tão ou mais resistentes que as de origem vegetal e com menor custo de produção. Essa condição de transição produtiva tecnológica, aliada à concorrência em escala global e à oferta ampliada da matéria-prima diante da reduzida demanda, provocou deslocamento do fluxo financeiro e a consequente perda de valor de mercado da fibra. O declínio ocasionou acirramento das desigualdades, aprofundamento das condições de pobreza e êxodo de parte da população (especialmente, a masculina adulta) para as metrópoles do país.

Em paralelo aos primeiros sinais de crise da produção sisaleira, aos reflexos da ditadura militar, aos rarefeitos investimentos governamentais, os sujeitos do território implicaram-se na mobilização e luta de melhores condições de vida, em especial, organizando-se em torno da conquista de direitos e justiça social e, no bojo, as questões de cunho associativista adquiriram relevância. Desde então, essa confluência de fatores tem permitido que sejam consolidadas características de fortalecimento de vínculos comunitários, bem como a articulação e a mobilização social no Sisal. A disseminação e a capacidade de interferência de organizações da sociedade civil e de grupos produtivos nas diversas esferas, a legitimidade do Colegiado Territorial de Desenvolvimento, enquanto instância de diálogo e deliberação de reivindicações e a capilaridade do consórcio público demonstram os diferentes graus de participação dos/as sujeitos nas instâncias de poder.

Na atualidade, a produção de sisal permanece como uma das mais importantes atividades econômicas do território, aliada à agricultura, à ex-

tração vegetal e à criação de pequenos animais. Pelo Censo Agropecuário (FRANÇA, 2009), foram identificados cerca de 65 mil estabelecimentos rurais. Apesar das conquistas históricas, o Sisal é uma das regiões mais pobres do Brasil, na qual constam 14 municípios classificados entre os 20% com piores Índices de Desenvolvimento Humano (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Diante dessa fotografia, o governo estadual, na última década, passou a investir, entre outros, em sistemas e equipamentos de segurança hídrica, no repasse de insumos e equipamentos agrícolas, na renovação da malha viária e em ações de convivência com o semiárido e de inclusão socioproductiva, com ênfase, na estruturação do Armazém.

1.2 O Armazém e sua gestora, a Arco Sertão Central

A constituição da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (Arco Sertão) remonta ao ano de 2002, quando organizações não governamentais, entidades sindicais, cooperativas, associações e poder público mobilizaram-se em torno das questões relativas à sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar. A pauta da comercialização já era uma preocupação em ascendência, e o seu agenciamento, junto à esfera governamental, culminou nos diálogos para a viabilização da estrutura física do Armazém. As negociações ocorreram durante anos, entrelaçadas de visitas institucionais a organismos das esferas federal e estadual, bem como de elaboração de projetos de captação de recursos, todos intercedidos pela diretoria da Arco Sertão e parceiros. Dissonâncias e acordos permearam o processo até que, a partir do ano de 2010, ocorreu a formalização do termo de compromisso com o governo da Bahia.

Com vistas à gestão do Armazém, a direção da Arco Sertão percebeu a necessidade de assumir os atributos compatíveis com comercialização e repasse de resultados econômicos para os/as trabalhadores/as –sócios/as e formalizou a Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão – denominada Arco Sertão Central -, cooperativa de segundo grau. Constituída em 2011, a Central é composta por 21 cooperativas singulares e associações produtivas, localizadas em 15 territórios do estado da Bahia.

Em 07 de março de 2013, foi inaugurado o Armazém da Agricultura Familiar e Economia, que conta com uma área construída de 472 m², em terreno de 3.000 m², localizado às margens da BR 116, a 3 km do centro da cidade de Serrinha. A função do Armazém perpassa a viabilização comercial dos produtos dos empreendimentos, priorizando o atendimento de demandas advindas dos mercados institucionais – PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A infraestrutura conta com espaço de venda direta ao consumi-



Figura 1. Identidade visual e Fachada do Armazém. Fonte: Acervo Arco Sertão.

dor para alimentos e produtos artesanais (o qual conta com disposição de prateleiras, freezers e caixas), lanchonete, cozinha, refeitório, sala de reunião, auditório, câmara fria com capacidade de armazenamento de 15 toneladas de produtos refrigerados e um depósito que comporta até 150 toneladas de produtos secos. Somado a essa estrutura, o Armazém possui um veículo utilitário com capacidade para 500 kg, para a viabilização da logística. A dinâmica das vendas para esses mercados dá-se, primordialmente, para fornecimento de produtos para atendimento das chamadas públicas para alimentação escolar, tanto das escolas municipais como estaduais. Os demais modos de escoamento perpassam fornecimento de alimentação para eventos realizados por organizações parceiras (prestação de serviço), bem como as vendas a varejo. Para o custeio de suas despesas, a Arco Sertão Central imprime percentual entre 5% e 15% em cada produto advindo de cada cooperativa.

Em 2015, à ação do Armazém foi agregada a política de implantação do Centro Público Territorial de Economia Solidária (CESOL), vide figura 1, equipamento público financiado pela Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (SESOL), da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), e gerido pela Associação Central de Cidadania



Figura 2. Foto interna do Armazém. Fonte: Acervo Arco Sertão.

– Arco Sertão Cidadania. Esse espaço multifuncional público e de caráter comunitário destina-se a fomentar, fortalecer e promover o trabalho coletivo baseado na economia solidária. Ações de assistência técnica gerencial, comercial, jurídica, bem como de formação e articulação territorial são mediadas por uma equipe multidisciplinar, que garante suporte técnico aos empreendimentos. Atualmente, estão em vigor 12 contratos com organizações sociais em 15 territórios, atendendo a centenas de empreendimentos do estado da Bahia.

1.3 Desenho Institucional

Considerando a convergência das demandas dos empreendimentos do território sisaleiro e a estruturação de ações na esfera governamental nos campos da agricultura familiar e da economia solidária, foram iniciados diálogos para a conformação de espaço de comercialização para aglutinar produtos e serviços dos segmentos em questão. A Arco Sertão capitaneou a investida e articulou, junto à Prefeitura Municipal de Serrinha, a disponibilização do terreno. A alocação do espaço, nesse sentido, lidava com especificidades em virtude de o recurso estar atrelado ao antigo programa da Indústria Cidadã, implementado, à época, pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM), (atualmente, Secretaria de Desenvolvimento Econômico), por meio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), a qual autorizava construção civil às margens de rodovias e sob metragem padrão.

No eixo estadual, quatro Secretarias de governo colaboraram técnica e financeiramente para a consecução do arranjo interinstitucional em torno do Armazém. Todo ele amparado na estratégia de inclusão socioprodutiva do Programa Vida Melhor, voltado para pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho. A SUDIC teve como atribuição a construção do galpão multifuncional, sob o prisma de dinamização das cadeias produtivas locais, tendo a participação direta dos empreendimentos populares na gestão do equipamento. O valor empregado remonta a R\$ 815.000, recurso advindo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza do Estado da Bahia (FUNCEP). À Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) e à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) coube a destinação de R\$ 270.000 para a aquisição de equipamentos e móveis. Na conformação, a SESOL viabilizou R\$ 500.000, direcionados para

a gestão do Armazém no que refere à contratação de profissionais para as atividades administrativas e para realização de assistência técnica às cooperativas associadas, à disponibilização de recursos para a realização de seminários, audiências públicas, reuniões gerais e correlatas, bem como possibilitar a construção de um plano de marketing e de apoio logístico. Todas as ações supracitadas foram viabilizadas pelo repasse de recursos para a Arco Sertão, por meio de convênio gerado pelo Edital de Apoio a Redes de Economia Solidária e Comércio Justo e Solidário.

Na esfera da sociedade civil organizada, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e a Economia Solidária (Unicafes) e a Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (ASCOOB) atuam como assessoras, catalisadoras, representantes, articuladoras e parceiras da iniciativa, orquestrando esforços em torno do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade dos empreendimentos.

1.4 Resultados, Aprendizados e Desafios

Diante do exposto, os resultados mais expressivos do Armazém ressoam no fornecimento de produtos voltados para a alimentação escolar nos municípios nos quais atua, o que reverbera na diversificação e na segurança alimentar e nutricional dos/as estudantes, além de promover a formação de público consumidor afeito aos sabores, às cores e às texturas da agricultura familiar e da economia solidária. Outros efeitos tangíveis são percebidos no volume de recursos em circulação, que tem resultados diretos no incremento da renda das famílias produtoras e na inserção feminina pela via do trabalho, considerando que a maioria das organizações é formada por mulheres. Os números são passíveis de verificação em três tipologias: no eixo dos mercados institucionais, entre março de 2013 e agosto de 2014, cerca de R\$ 1.700.000 foram movimentados em transações pelo Armazém; no varejo, adentraram em caixa cerca de R\$ 105.000 no mesmo período; e na prestação de serviços sazonais (fornecimento de refeições), os valores alcançam quase R\$ 120.000. No ano de 2015, merecem destaque os números do varejo: eles aumentaram 50% em relação ao período 2013-2014; e a totalidade das negociações dos produtos e serviços ofertados pelo Armazém alcançou a marca de R\$ 2.028.386,89. Nesse sentido, a união de produtores/as nos processos de comercialização, além

de superar obstáculos históricos, potencializa o surgimento e fortalecimento de iniciativas arrojadas, as quais contribuem de maneira decisiva para agregar valor e dinamizar a produção, impactando positivamente na qualidade de vida.

Desafios, contudo, impõem-se à consolidação do Armazém. Não poderia ser diferente, considerando o pioneirismo, a amplitude e a convergência de esforços em torno dessa experiência. Quanto aos aspectos comerciais, a Arco Sertão se tem defrontado com outras complexidades. O exercício da comercialização tem apresentado o imperativo da profissionalização. Internamente, estruturação de rotinas administrativas, estudo de viabilidade econômica, análise de logística, distribuição e transporte e confecção de peças de comunicação têm sido pautados e implementados dentro de limites (a mobilidade da distribuição está vinculada a um único veículo utilitário, por exemplo); nas relações com os empreendimentos filiados, a Arco Sertão, por meio de parcerias, tem promovido, paulatinamente, capacitações e intercâmbios, buscando a adequação dos produtos dos empreendimentos filiados às exigências técnicas (padronização, qualidade, precificação, observação das normas da vigilância sanitária, rótulo, embalagem etc.).

A Arco Sertão Central tem longo caminho a percorrer no que tange à abertura sistemática de novos canais de comercialização, visando não ficar na dependência contínua dos mercados institucionais (na atualidade, cerca de 90% dos recursos advêm de vendas nos programas PAA e PNAE). Outros pontos tocantes a esse contexto dizem respeito à manutenção da qualidade dos produtos e serviços, à implementação de sistema logístico e ao planejamento em longo prazo. A seara das encomendas e da negociação com espaços varejistas encontra-se ainda passível de afirmação e a sua viabilidade tem sido estudada sob a perspectiva de contratação de um vendedor profissional, que trabalhe por comissão. Discussões que precisam ser aprofundadas estão atreladas à agregação de valor, à inovação, à certificação e aos aspectos de alimentação saudável e orgânica, segurança alimentar e nutricional.

Considerações finais

As políticas arquitetam, edificam e redefinem territórios. E é esse devir que caracteriza as relações de poder e de hegemonia em uma determi-

nada geografia. A supremacia de determinados elementos/processos é o resultado desse histórico de conflitos, ajustes, resistências, acomodações cíclicas. O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária é, nessa perspectiva, uma das sínteses mais importantes da articulação de sujeitos da esfera governamental e da sociedade civil em torno de políticas públicas de inclusão socioproductiva do estado da Bahia. Os impactos e os aprendizados, mencionados no decorrer do texto, são expressão da luta e das contradições inerentes à construção da democracia participativa na prática.

Planejada a partir da escuta e da interação com os segmentos da economia solidária e da agricultura familiar, essa ação pública visa responder às problemáticas vivenciadas com base em soluções colaborativas para a transformação social. Concebida a partir de seu potencial de replicabilidade em outros contextos sociais, a experiência do Armazém remete a outro modelo de desenvolvimento territorial, considerando a participação coletiva no processo de gestão, execução, monitoramento e avaliação da política pública e privilegiando o protagonismo dos sujeitos locais. Como a proposta metodológica pretendida para a implantação do Armazém pauta-se na percepção de seu potencial enquanto tecnologia social, há, portanto, outras negociações a serem realizadas quando da implementação da Rede, planejada como política pública para outros cinco territórios nos próximos anos.

A implantação desse equipamento público tem focado a dinamização econômica nos territórios que tem inserção, ponderando a sua capacidade de estoque, comercialização e divulgação dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária. *Per si*, é uma fotografia dos novos sentidos que assume a ruralidade no Brasil, e arauto do fortalecimento de experiências de gestão social nos campos da economia solidária e da agricultura familiar, direcionadas à conquista da *res publica*.

Referências

AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO SERTÃO DA BAHIA. **Estatuto**. Valente, 2012.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos**, v.4, n.2, Salvador: SEI, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2016.

COSTA, R. Comercialização e transformação dos produtos da agricultura familiar: alguns pontos a discutir. In: KÜSTER, A; MARTÍ, J. F. (Orgs.). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FRANÇA, C. G. de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAIGER, L. I. G.; GRUPO ECOSOL. **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GRUPO DE PESQUISA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVA DA UNISINOS. **Projeto SIES**: resultados. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/resultado>. Acesso em: 16 mar. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 18 mar. 2016.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (orgs.). **Práticas de comercialização**: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.